

FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO
DAS
1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª CADEIRAS
DO 4.ª ANO

RECIFE 1963

1.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

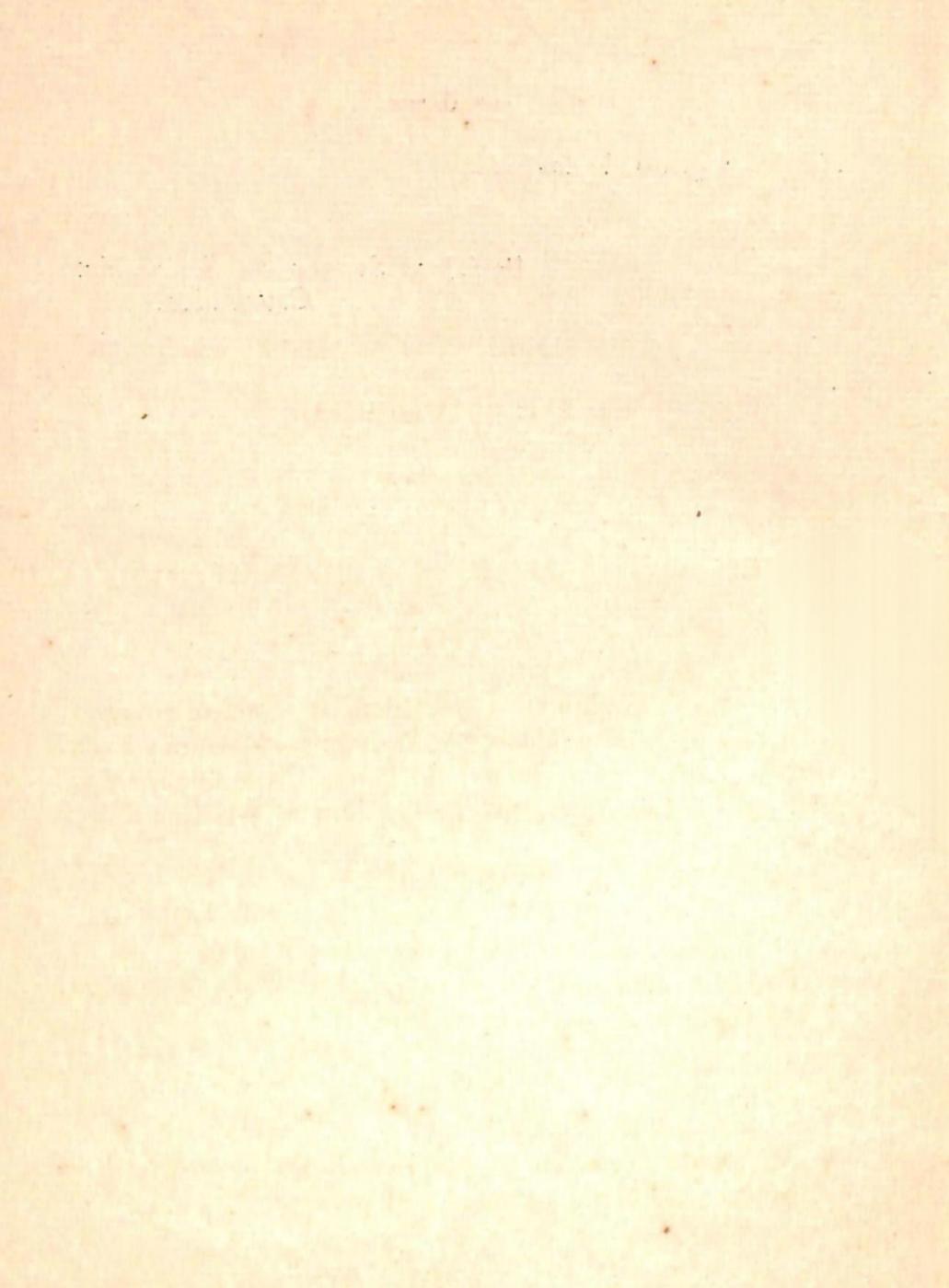
DIREITO DAS COISAS

1. Do direito das coisas. Da propriedade em geral. Dos direitos reais.
2. Da posse. Teorias a respeito. Classificação da posse.
3. Da aquisição, efeitos e perda da posse. Da proteção possessória.
4. Do domínio, suas modalidades e restrições.
5. Dos direitos de vizinhança.
6. Da aquisição da propriedade imóvel. Da transcrição e acessão.
7. Do usucapião.
8. Da perda e defesa da propriedade imóvel.
9. Da aquisição, perda e defesa da propriedade móvel.
10. Do condomínio.

11. História, natureza e fundamento do direito de autor.
12. Da propriedade literária, artística e científica no código civil.
13. Dos direitos reais sobre coisas alheias em geral.
14. Da enfiteuse.
15. Das servidões prediais.
16. Do usufruto.
17. Do uso e da habitação.
18. Das rendas constituídas sobre imóveis.
19. Dos direitos reais de garantia em geral.
20. Do penhor. Do penhor legal e agrícola.
21. Da caução de títulos de crédito. Da transcrição e extinção do penhor.
22. Da anticrese.
23. Da hipoteca em geral. Da hipoteca legal.
24. Da inscrição e extinção da hipoteca.
25. Da hipoteca de vias férreas.

26. Do registro de imóveis.

Prof. José Soriano de Souza Neto
Catedrático.



2.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

DIREITO COMERCIAL

1.^a parte

DIREITO MARÍTIMO E AERONÁUTICO

PONTO I

1. Comércio marítimo: importância e desenvolvimento histórico — 2 — Conceito do Direito Marítimo e da Navegação — 3 — Fontes do Direito Marítimo — 4 — Particularismo e unificação do Direito Marítimo.

PONTO II

5. O navio: seu conceito e natureza jurídica — 6 — Partes e acessórios do navio — 7 — Individualização do navio — 8 — Nacionalidade.

PONTO III

9. Modos de aquisição da propriedade do navio — 10 — Modos originários e modos derivados.

PONTO IV

11. O proprietário e o armador — 12 — Limitação da responsabilidade do proprietário do navio.

PONTO V

13. O condomínio naval — 14 — Parceria marítima.

PONTO VI

15. O capitão do navio e a tripulação — 16 — Direitos e deveres.

PONTO VII

17. Transportes marítimos — O contrato de fretamento — 18 — Conhecimento de transporte — 19 — Transporte de passageiros.

PONTO VIII

20. Seguro marítimo: natureza jurídica — 21 — Os riscos e o prêmio — 22 — O instrumento do contrato — Direitos e deveres dos contratantes — 23 — Abandono subrogatório.

PONTO IX

24. Conceito e classificação de avaria — 25 — Avaria grossa — 26 — Avaria simples — 27 — Liquidação das avarias.

PONTO X

28. Abalroamento; conceito e espécies — 29 — Responsabilidade pelos danos.

PONTO XI

30. Assistência e salvamento marítimos — 31 — Distinção entre a assistência e o salvamento — 32 — Obrigações legais.

PONTO XII

33. Créditos marítimos — 34 — Privilégios creditórios — 35 — Hipoteca naval.

PONTO XIII

36. Direito aeronáutico: fontes dêsse direito — 37 — O espaço aéreo; liberdade de tráfego — 38 — Direito de vôo sôbre propriedades privadas.

PONTO XIV

39. Aeronave: conceito e natureza jurídica — 40 — Nacionalidade — 41 Matrícula.

PONTO XV

42. Transporte aéreo: passageiros e carga — 43 — Instrumento do contrato de transporte aéreo — 44 — Responsabilidades do transportador.

PONTO XVI:

45. Estudo comparativo entre os diversos Institutos do Direito Marítimo e Aeronáutico.

2.^a parte

FALÊNCIA

PONTO XVII

46. Desenvolvimento histórico do concurso creditório — 47 — Natureza jurídica da falência.

PONTO XVIII

48. Caracterização da falência. Cessaçãõ de pagamentos, insolvabilidade e impontualidade — 49 — Outros fatos indicativos da falência — 50 — Legislação brasileira.

PONTO XIX

51. Pessoas sujeitas à falência. O comerciante singular e as sociedades mercantis — 52 — Ampliação da falência aos não comerciantes — 53 — Falência póstuma.

PONTO XX

54. Declaração judicial da falência. Juizo competente — 55 — Pessoas que podem requerer a falência; elementos necessários — 56 — Defesa do devedor — 57 — Sentença declaratória ou denegatória da falência; recursos .

PONTO XXI

58. Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.

- a) quanto aos direitos dos credores;
- b) quanto à pessoa do falido;
- c) quanto aos bens do falido;
- d) quanto aos contratos do falido.

PONTO XXII

59. Revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência.

PONTO XXIII

60. Administração da falência — 61 — O síndico; investidura, deveres e atribuições — 62 — Arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido.

PONTO XXIV

63. Restituição de bens: hipóteses em que pode ocorrer o processo — 64 — Embargos de terceiro.

PONTO XXV

65. Verificação de créditos; conceito — 66 — Processo da habilitação de créditos e seu julgamento — 67 — Recursos — 68 — Revisão dos créditos — 69 — Classificação dos créditos.

PONTO XXVI

70. Realização do ativo — 71 — Venda dos bens — 72 — Outros modos de liquidação, do ativo — 73 — Pagamento aos credores da massa e da falência.

PONTO XXVII

74. Extinção das obrigações do falido — 75 — Processo — 76 — Efeitos.

PONTO XXVIII

77. Concordatas: natureza jurídica e espécies — 78 — Embargos à concordata — 79 — Efeitos da concordata — 80 — Rescisão.

PONTO XXIX

81. Concordata preventiva: condições para requerê-la — 82 — O processo da concordata preventiva — 83 — Decisão e recursos — 84 — Concordata suspensiva: oportunidade da proposta — 85 — O processo da concordata suspensiva — 86 — Decisão e recursos cabíveis.

AULAS PRÁTICAS E EXERCÍCIOS ESCOLARES

- a) Visitas a institutos públicos e privados de interesse da cadeira;
- b) redação de instrumentos de contratos e outros atos jurídicos;

- c) análise de jurisprudência;
- d) trabalhos de seminário;
- e) pesquisas científicas;
- f) estudo e prática de processos falimentares.

Prof. Rodolfo de Albuquerque Araújo
Catedrático

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANO
DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Ponto 1.^o Direito Judiciário Civil

1. Conceito e finalidade.
2. Autonomia e compreensibilidade.
3. Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.

Ponto 2.^o Lei Processual Civil

1. Conceito e natureza.
2. As Ordenações; o Regulamento 737 e os Códigos Estaduais.
3. O Código de Processo Civil e as leis extravagantes.
4. Aplicação da lei processual civil no tempo e no espaço.
5. Interpretação e Integração da lei processual.

Ponto 3.^o Função jurisdicional

1. Determinação de suas características.
2. Função contenciosa e função administrativa.
3. O Poder Judiciário.

Ponto 4.º Da Organização Judiciária

1. Noções gerais.
2. Sistemas diversos de organização.
3. A Organização Judiciária do Brasil.
4. Da Organização federal: o Supremo e o Tribunal Federal de Recursos.

Ponto 5.º Da Jurisdição

1. Conceituação e divisão.
2. Competência: conceito e espécies.
3. Determinação da competência: critérios legais.
4. Modificações da competência.
5. Pacto de fôro prorrogado.

Ponto 6.º Do Processo

1. Noções gerais.
2. Natureza jurídica e conceito.
3. Condições e pressupostos processuais.

Ponto 7.º Dos sujeitos do processo

1. Dos sujeitos desinteressados.
2. Dos sujeitos interessados.
3. Partes necessárias e partes intervenientes.

Ponto 8.º Do litisconsórcio

1. Noções gerais.
2. Conceituação.
3. Espécies.
4. Litisconsórcio necessário.

Ponto 9.º Da Intervenção de Terceiros

1. Conceitos e espécies.
2. Chamamento e Nomeação a Autoria.
3. Finalidades e distinção.

Ponto 10.º Da Intervenção Voluntária

1. Da oposição.
2. Da assistência.
3. Dos Embargos de Terceiro.

Ponto 11.º Da Capacidade

1. Da capacidade de estar em juízo.
2. Da capacidade de postular em juízo.
3. Dos procuradores judiciais.
4. O advogado, o provisionado e o solicitador.
5. O Curador à Lide e o Ministério Público.

Ponto 12.º Da Assistência Judiciária

1. Noções gerais.
2. Finalidade.
3. Requisitos e extensão dos benefícios.

Ponto 13.º Dos Atos Processuais

1. Noções gerais e conceituação.
2. Discriminação.
3. Condições para a sua realização no tempo.
4. Condições para sua realização no espaço.
5. Feriados e férias forenses.
6. Custas e multas judiciais.

Ponto 14.º Da Ação

1. Teoria da ação.
2. Condições de exercício.
3. Modificações objetivas e subjetivas da ação.
4. Extinção das ações.

Ponto 15.º Do concurso e da cumulação de ações

1. Noções gerais.
2. Conceituação.
3. Características definidoras.

Ponto 16.º Da Instância

1. Conceito.
2. Comêço, suspensão e renovação.
3. Absolvição, cessação e perempção.

Ponto 17.º Do impulso processual

1. O pedido.
2. A petição inicial: adição e emenda.
3. O valor da causa: critérios, impugnação e efeito.

Ponto 18.º Da Citação

1. Noções gerais.
2. Espécies.
3. Efeitos.

Ponto 19.º Da Defesa

1. Noções gerais.
2. Espécies.
3. Das exceções: conceito e espécies.
4. Das exceções de litispendência e de coisa julgada.
5. Das exceções de incompetência e de suspeição.

Ponto 20.º Da Contestação

1. Noções gerais.

2. Espécies.
3. Litiscontestação.
4. Reconvenção.

Ponto 21.º Das Nulidades

1. Noções gerais.
2. Nulidade dos atos.
3. Nulidade do procedimento.
4. As consequências no sistema do Código.
5. Como podem ser sanadas.

Ponto 22.º Das Provas

1. Noções gerais.
2. Dos sistemas de prova.
3. Do ônus da prova.
4. Dos meios de prova.

Ponto 23.º Do ato sentencial

1. Noções gerais.
2. Espécies e classificações.
3. O Despacho Saneador.
4. As sentenças definitivas.
5. Requisitos.

Ponto 24.º Da Coisa Julgada

1. Noções gerais.
2. Conceituação.
3. Coisa julgada formal e coisa julgada material.
4. Limites objetivos e subjetivos.
5. Eficácia.

Ponto 25.º Da Ação Ordinária

1. Noções gerais.
2. Pressupostos.
3. Esquema procedimental.

Ponto 26.º Das Ações Especiais

1. Das ações executivas.
2. Dos executivos fiscais.
3. Pressupostos específicos.

Ponto 27.º Das Ações Possessórias

1. Noções gerais.
2. Espécies e características particulares.
3. Regras legais específicas.

Ponto 28.º Das Ações Cominatórias

1. Noções gerais.
2. Condições de admissibilidade.
3. Da prestação de contas.

Ponto 29.º Das Ações de Despejo

1. Noções gerais.
2. Condições de admissibilidade.
3. Purgação de mora.
4. Regras de exceção.

Ponto 30.º Do Mandado de Segurança

1. Noções gerais.
2. Condições de admissibilidade.
3. Peculiaridades procedimentais: forma da inicial e prova.

Ponto 31.º Da Ação de Nunciação de Obra Nova

1. Noções gerais.
2. Natureza e condições de admissibilidade.
3. Da caução de "opera demoliendo".

Ponto 32.º Da Ação Renovadora de Contrato de Locação

1. Noções gerais.
2. Disciplina legal.

3. Condições de admissibilidade.
4. Peculiaridades procedimentais.

Ponto 33.º Das Ações de Divisão e Demarcação de Terras

1. Noções gerais.
2. Finalidades específicas.
3. Disposições especiais sôbre Divisão.
4. Disposições especiais sôbre Demarcação.

Ponto 34.º Das outras Ações Especiais

1. Da Ação de Consignação em Pagamento.
2. Da Ação de Depósito.
3. Das Ações de Preferência e do Direito de Opção.

Ponto 35.º Ainda das outras Ações Especiais

1. Da Ação de Nulidade de Patente de Invenção e marca de fábrica e de comércio.
2. Da Ação de recuperação de título ao portador.
3. Das ações relativas às Vendas a crédito com reserva de domínio.

Ponto 36.º Ainda das outras Ações Especiais

1. Das ações relativas ao loteamento e venda de imóveis a prestações.
2. Das ações de excussão e de remissão de penhor.

3. Das ações de refôrço de garantia e de remissão de imóvel hipotecado.

Ponto 37.º Ainda das outras Ações especiais

1. Das ações de acidente do trabalho.
2. Das ações para venda, locação e administração de coisa comum.
3. Da ação para eleição de cabecel e para exoneração de fiança.

Ponto 38.º Ainda das outras Ações Especiais

- 1| Da Ação de Usucapião.
2. Da Ação para obrigar a conservação de tapume.
3. Da Ação para indenizar parede ou tapume divisório.

Ponto 39.º Dos processos accessórios

1. Das medidas preventivas.
2. Das vendas judiciais.
3. Do atentado.
4. Dos Embargos de Terceiro.
5. Da falsidade de documentos.

Ponto 40.º Ainda dos processos accessórios

1. Dos protestos, notificações e interpelações.
2. Da Justificação.

3. Da habilitação incidente.
4. Das vitórias, arbitramentos e inquirições ad perpetuam rei memoriam.

Prof. Ivan Campos de Souza
Catedrático.

4.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

DIREITO DO TRABALHO

PARTE GERAL FILOSÓFICO-SOCIOLÓGICA

1. Direito do Trabalho. Denominação e fontes. Definição e lugar na constelação jurídica. Doutrina. Autonomia do Direito do Trabalho.
2. Função social do Estado. Os fisiocratas. Adam Smith, Malthus, Ricardo e Sismondi, Saint Simon, saint-simonistas e origens de coletivismo em face do Direito do Trabalho.
3. Socialistas, associacionistas. Intervencionistas. Coletivismo. Marxismo e Neo-marxismo. Cooperativismo e Solidarismo. Cristianismo, Catolicismo Social, Anarquismo — Bolchevismo.
4. Direito de Propriedade. Função social da Propriedade e Direito do Trabalho. A Reforma Agrária.
5. Conceito do Trabalho. As grandes formas do Trabalho. Seu aspecto valorativo.

PARTE JURÍDICA GERAL

6. O Direito do Trabalho e suas relações com outras disciplinas jurídicas.
7. O Direito do Trabalho em face da Sociologia e da Economia Política.

8. Evolução Geral do Trabalho e sua fases. Concepção histórico-jurídica do Trabalho. Sua relação no regime capitalista.
9. A Idade Média e seus períodos de trabalho. As Corporações. O Trabalho na América Pré e Post-Colombiana.
10. O Trabalho a domicílio e em relação à Fábrica. Vantagens e desvantagens.
11. Sistemas de trabalho vigentes na História do Brasil. O Direito do Trabalho no Brasil, antes de 1930. Sua evolução científica, política e doutrinária.
12. O Direito do Trabalho no Brasil após a Revolução de 1930. O Governo provisório e as Leis trabalhistas. O Direito do Trabalho nas Constituições de 1934, 1937 e 1946.

PARTE JURÍDICA ESPECIAL

13. Relação Individual do Trabalho, sua natureza jurídica. O Contrato Individual do Trabalho e sua natureza jurídica.
14. O Contrato Individual do Trabalho e sua caracterização. Sujeitos da relação do Trabalho. Contrato de Trabalho e Contratos afins.
15. O Contrato Individual do Trabalho e o Institucionalismo. Direitos de Invenção no Direito do Trabalho e em face do Código da Propriedade Industrial.
16. Contrato Coletivo do Trabalho. Evolução, conceito, interpretação e aplicação.
17. Contrato Coletivo do Trabalho no Direito Brasileiro.
18. Conflitos do Trabalho. Greve. Sabotagem. Lock-out.

19. Direito de Associação. Associações Profissionais. Sindicalismo. Teoria.
20. Liberdade, obrigatoriedade, pluralidade e funcionamento do Sindicato. Sindicalismo brasileiro.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

21. Justiça do Trabalho. Organização. Juntas de Conciliação e Julgamento. Juizes de Direito. Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.
22. Justiça do Trabalho: definição, objetivos, fundamentos filosóficos, jurídicos, sociais e éticos. Conciliação e Arbitragem. Equidade.
23. Jurisdição da Justiça do Trabalho. Sua competência. Competência *ratione loci*, *ratione materiae* e *ex ratione personae*. Apreciação e crítica.
24. A C.L.T. Fundamentos e Normas Críticas. O Código do Trabalho.
25. Ritos processuais. Recursos. Execução e confrontos com o Direito Processual Civil.
26. Relações entre a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum. Jurisprudência trabalhista: crítica. Sua característica.

TUTELA DO TRABALHO E INFORTUNÍSTICA

27. Definição e divisão da Tutela do Trabalho. Duração do trabalho. Férias anuais. Regime de trabalho para menores e mulheres. Descanso semanal. Legislação brasileira.
28. Higiene e Segurança do Trabalho. Trabalho em lugares

insalubres. Alimentação do Trabalhador. Política Social Nutricionista.

29. Trabalhos perigosos. Indústrias atuais. Radioatividade.
30. Psicologia do trabalho. Psicotécnica. A fadiga.
31. Acidente do Trabalho e seu conceito técnico-jurídico. Moléstia Profissional. Curadoria de Legislação Social.
32. Acidente do Trabalho. Fôrça maior. O Acidente por culpa grave.
33. Responsabilidade do Empregador por Acidente do Trabalho. Teorias.
34. Doença profissional e Acidente do Trabalho no Direito Brasileiro.
35. O Problema da Indenização do Acidente do Trabalho. O Problema da restauração da personalidade do trabalhador acidentado. Ortopedia e sua evolução. O Dano Estético-Somático.
36. Educação das classes trabalhadoras. Educação preventiva contra o Acidente. Orientação profissional do pessoal.

DIREITO ECONÔMICO DO TRABALHO

37. Salário: história e evolução. Correspondência entre o Salário e o Trabalho. Formas de Salário.
38. Fixação do Salário. Salários e o Estado. Salário Mínimo.
39. Salário Mínimo no Brasil: Alocação ou subsídio familiar. Salário e classes produtoras em face do custo de vida.
40. Participação nos lucros da Empresa, pelos Empregados. A Cogestão. Sua história. Atualidade do problema e crítica.

41. Rescisão do Contrato de Trabalho. A Falta Grave. Despedida, Indenização e Estabilidade Econômica e Funcional.

DIREITO PREVIDENCIAL

42. Direito Previdencial: história e evolução. Previdência Privada e Previdência Social. Seguro Social.
43. Seguridade Social: seu conceito e evolução. Economia do Bem Estar Social. Seguridade Social e técnica político-jurídica.
44. Divisão dos Seguros Sociais. Invalidez, Velhice, Morte, Acidente, Desemprego, Enfermidade, Maternidade e Natalidade.

DIREITO DISCIPLINAR DO TRABALHO

45. Institucionalismo e Direito Disciplinar do Trabalho. Contratualismo e Direito Disciplinar do Trabalho.
46. Duração do Contrato de Trabalho. Alterações. Interrupção, suspensão e transferência.

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

47. Fundamentos e Organização da Empresa. Seus vários tipos. A Empresa em face do Estado: o problema da liberdade de iniciativa e economia dirigida.
48. Tipos de Trabalho na Empresa contemporânea. Tipos especiais de Trabalho. O surgimento das Massas.
49. Hipertrofia da Empresa. Trustes, cartéis, monopólios. Delitos Econômicos. Leis de Economia Popular.

DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO

50. Direito Administrativo do Trabalho: Sua divisão. Ministério do Trabalho. Atribuições e Realizações. Delegacias Regionais do Trabalho e outros órgãos.

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

51. Direito Internacional do Trabalho. Definição e Conceito. Noções históricas. Evolução. A Organização Internacional do Trabalho.
52. Conferências. Convenções. Convenções assinadas pelo Brasil. A Codificação Internacional do Direito do Trabalho.
53. Imigração e Direito Internacional do Trabalho. Nacionalização do Trabalho. Sistema de fixação de Colonos.

DIREITO ASSISTENCIAL

54. Direito Assistencial. Sua definição. Sua divisão. Educação, orientação e seleção profissionais. Concepção técnico-pedagógica na formação das equipes de trabalhadores em nosso tempo.
55. Assistência Eugênica e Higiênica. Alcoolismo. Trabalho e Prostituição. Amparo à Maternidade e à Infância. Monopólios do Estado e D. do Trabalho. Habitações populares. Proteção à Economia Popular.

DIREITO POLÍTICO DO TRABALHO

56. Medidas para a manutenção da Paz Industrial. O Trabalho e os Partidos Políticos.
57. Escritórios de Colocação. A crise e o Desemprego. A Assistência do Estado.

58. Contratos de Trabalho e o Estado. Salário. Diferenças e conclusões.
59. Política Preventiva de parte do Estado em relação à Questão Social.
60. Legislação Rural Trabalhista e aspectos gerais. Sua vigência no Brasil.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
em 2 de janeiro de 1963.

(a) **Gentil de Carvalho Mendonça**
Catedrático.

5.^a CADEIRA DO 4.^o ANO

MEDICINA LEGAL

I

Medicina Legal, Ensino, Perícia

1. Medicina Legal; definição, conceito e objeto. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da Cadeira. Medicina Legal Judiciária.
2. Institutos e Serviços Médico-Legais. Especialização pericial: perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

II

Semiologia Mental

3. Percepção, inteligência, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.
4. Limites e modificações legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, estado mental.

III

Psicopatologia Forense

5. Estudo médico-legal das doenças mentais. Causas gerais,

diagnósticos, simulação, dissimulação. Classificação das doenças mentais.

6. Reações anti-sociais dos alienados. Personalidades psicopáticas, suas reações anti-sociais.
7. Estudo médico-legal das toxifilias (etilismo, morfinismo, cocainismo, barbiturismo, etc.).
8. Das perversões sexuais. Conceito froideano. Distúrbios hormoglandulares e neuro-vegetativos.
9. Noções de higiene mental. Proteção à criança anormal, aos toxifilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.
10. Repressão à credence popular, às práticas de espírito e similares, ao curandeirismo, ao charlatanismo, etc. Profilaxia das doenças venéreas.

IV

Sexologia Forense

11. Do casamento. Motivos de impedimentos estatuidos pelo Código Civil, relativos à consaguinidade. Leis de Mendel.
12. Impedimentos relativos à idade, à capacidade civil e aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.
13. Sentido legal do erro essencial sôbre pessoa. Sedução anterior, dubiedade de sexo e outras malformações genitais.
14. Defeito físico irremediável; moléstia grave, transmissível por contágio ou herança.

15. Sevícia ou injúria grave; art. 317, n.º III do Código Civil. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anuláveis; arts. 207 e 209 do Código Civil.
16. Exame médico pré-nupcial. Mendelismo. Eugenética.
17. Do crime de sedução: conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher. Himen, suas formas e consistência. Traumatologia himenal.
18. Do estupro: conceito legal. Casos em que constitue atentados à saúde e à vida. Traumatologia do estupro; estudo das lesões. Perícia médico-legal.
19. Do atentado contra o poder: conceito legal. Lesões possíveis resultantes do atentado. Práticas libidinosas, perversões sexuais. Psicologia dos agentes.
20. Da gravidez; noções de concepção e de embriologia. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.
21. Do parto. Sinais recentes, sinais remotos. Do parto suposto: Código Penal, art. 242. Perícias; grupos sanguíneos.
22. Do abortamento criminoso: conceito legal e elementos constitutivos do crime. Práticas de abortamento. Lesões possíveis consecutivas à prática clandestina de abortamento. Exame da mulher, do abôrto e dos anexos.
23. Do abortamento legal; indicações terapêuticas e morais. Código Penal, art. 128, ns. I e II. Do perigo social do abortamento clandestino. Direitos do nascituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenções pela propaganda e pela assistência social à mulher grávida.

V

Criminologia

24. O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e tal e forma evolutiva. Conceito social coetâneo. O homem delinquente; patologia social. A pena; defesa social.
25. O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade. Exame somático e psíquico do delinquente. Biotipologia criminal; classificações.

VI

Técnica Policial Judiciária

26. Da prova do crime. Provas técnicas. Levantamento de corpo. Fotografia do local do crime; filmagem. Outras provas de laboratório.
27. A testemunha, sua idoneidade. Prova testemunhal. Confissão. Técnicas psicológicas modernas.
28. Identificação médico-legal; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Caracteres Caracteres antropognósticos gerais.
29. Identificação judiciária; datiloscopia. Impressões digitais e sistemas datiloscópicos. Gabinete de Identificação.

VII

Traumatologia Forense

30. Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo e qualitativo das lesões corporais.

31. Lesões por agentes físicos
32. Lesões por agentes mecânicos.
33. Lesões por agentes químico-traumatizantes.
34. Importância médico-legal da classificação das lesões corporais. Lesão leve, lesão grave, gravíssima, lesão corporal seguida de morte. Código Penal, art. 129, § 1.º, ns. II a IV, § 2.º, ns. I a V, § 3.º.
35. Estudo médico-legal das asfixias.
36. Homicídio: Código Penal, art. 121 seus parágrafos. Homicídio simples, homicídio qualificado. Estudo semiótico da morte, por suicídio e por acidente.
37. Infecção; delito de contágio. Código Penal, arts. 130, 131 e 132.
38. Infanticídio: conceito atual. Código Penal, art. 123. Psicologia do estado puerperal. Provas da vida extrauterina; docimásias. Diagnóstico da causa da morte do recém-nascido.

VIII

Infortunística, Medicina do Trabalho

39. Acidente de trabalho: conceito legal. Legislação nacional. Doutrina do risco profissional. Doença do trabalho.
40. Avaliação médico-legal das incapacidades. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação. Recuperação.
41. A perícia dos infortúnios do trabalho. Exame do acidentado. Prognóstico dos acidentados.

IX

Tanatologia Forense

42. Da morte; sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos.
43. Cronologia da morte; interêsse médico-legal no seu estudo. Meios para o diagnóstico entre as lesões corporais produzidas em vida e depois da morte.
44. Perinecropsopia. Necropsopia. Exames complementares. Estudo dos protocolos.

PRATE PRÁTICA

I

1. Documento médico-legais: atestado médico; relatório médico-legal; parecer médico-legal; laudo necroscópico.
2. Emprêgo de testes psicológicos de inteligência, de percepção, de memória visual e auditiva, de juízo crítico, etc.
3. Reconhecimento de algumas substâncias estupefacientes (morfina, cocaína, maconha, barbitúricos, etc.). Pesquisa de álcool no sangue e na urina.

IV

4. Exame das manchas de esperma, com o diagnóstico de orientação e de certeza.
5. Prática pericial de avaliação de idade no vivo e no morto.
6. Investigação de paternidade suspeita. Caracteres heredi-

tários de semelhança. Provas sanguíneas; heredologia sanguínea.

V

7. Classificação morfológica. Antropometria. Determinação dos biótipos humanos.

VI

8. Técnica do exame do local de crime. Levantamento de indícios materiais. Uso do Laboratório Criminal Portátil.
9. Emprêgo de testes de personalidade (psico-diagnóstico experimental de Szondi, psicodiagnóstico de Rorschach, T.A.T. etc.).
10. Documentoscopia. Grafoscopia. Grafometria. Falsificações. Tintas simpáticas e artifícios para sua descoberta.
11. Técnica da tomada das impressões digitais e podálicas. Classificação e estudo comparativo das impressões digitais.

VIII

12. O corpo humano. Noções sumárias de anatomia topográfica em relação à sede das lesões corporais. Apresentação do esqueleto e do manequim anatómico.
13. Exame das manchas de sangue, com o diagnóstico genérico, específico, individual e regional.
14. As armas de fogo e seus projéteis. Uso do microscópio comparador e de outras técnicas para a identificação das armas de fogo através de seus projéteis.
15. Técnica da colheita e do transporte do material a ser examinado nos laboratórios toxicológicos.
16. Reconhecimento de alguns venenos voláteis, metálicos e metalóides, comuns ao nosso meio.

17. Técnica de avaliação de incapacidade. Emprego das tabelas.
18. Estudo prático dos meios de proteção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.
19. Técnica das perinecroskopias e das necroskopias.
20. Técnica das docimásias. Diagnose diferencial entre a morte súbita e a morte agônica.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,
janeiro de 1963.

(a) **Prof. Abgar Soriano de Oliveira**

